

Por que Riobaldo não pôde viver o amor por Reinaldo/Diadorim?

A transexualidade no contexto brasileiro¹

Márcia Santos Lemos²

Resumo:

O objetivo desse trabalho é colocar em debate o sistema de opressão, dominação e exploração imposto à população transexual no Brasil a partir de uma análise diacrônica e sincrônica, balizada pelo Materialismo Histórico e Dialético. Para fazê-lo, foram considerados os dados produzidos institucionalmente e os levantamentos realizados pelos movimentos sociais que organizam as pessoas trans. O propósito é analisar o imbricamento entre a constituição cis-heteropatriarcal, binária e racista da formação social brasileira e o sociometabolismo do capital, com destaque para o período compreendido entre a democracia de cooptação e o ascenso da extrema direita, de modo a enfatizar a indissociabilidade entre as lutas políticas por “reconhecimento” e “redistribuição” para a reprodução da vida das pessoas transexuais que estão na base do processo de exploração capitalista.

Palavras-chaves: Transexualidade. Formação social brasileira. Sociometabolismo do capital. Reconhecimento. Redistribuição.

Abstract

The objective of this paper is to put into debate the system of oppression, domination and exploration imposed on the transexual population of Brazil through a diachronic and synchronic analysis based on the Historical and Dialectical Materialism. In order to do it, we used data produced institutionally and by surveys realized by social movements organized by trans people. The proposition is to analyse the juxtaposition between the cisheteropatriarchal, binary and racist foundations of the brazillian social formation and the sociometabolism of capital, highlighting the period between the democracy of co-optation and the ascension of the far right, with emphasis on the indissolubility of the political struggles for “recognition” and “redistribution” for the reproduction of life of transexual peoples who are at the bottom of the capitalist process of exploration.

Keywords: Transsexuality. Brazilian social formation. sociometabolism of capital. Recognition. Redistribution.

¹ Esse texto é o primeiro capítulo do livro *População LGBT+: demandas e necessidades para produção do cuidado*, organizado por Adriano Maia dos Santos, Edinaldo Medeiros Carmo, Laio Magno e Níliá Maria de Brito Lima Prado, foi aprovado pelo Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal da Bahia e encontra-se em processo de produção, com lançamento previsto para junho de 2021.

² Professora Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas-Uesb.

Aquele lugar, o ar. Primeiro, fiquei sabendo que gostava de Diadorim – de amor mesmo amor, mal encoberto em amizade. Me a mim, foi de repente, que aquilo se esclareceu: falei comigo. Não tive assombro, não achei ruim, não me reprovei – na hora. Melhor alembro.

O nome de Diadorim, que eu tinha falado, permaneceu em mim. Me abracei com ele. Mel se sente é todo lambente – “Diadorim, meu amor...” Como era que eu podia dizer aquilo?

E como é que o amor desponta.

Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Coração mistura amores. Tudo cabe.

E eu – como é que posso explicar ao senhor o poder de amor que eu criei? Minha vida o diga. Se amor? ... Diadorim tomou conta de mim.

E de repente eu estava gostando dele, num descomum, gostando ainda mais do que antes, com meu coração nos pés, por pisável; e dele o tempo todo eu tinha gostado. Amor que amei – daí então acreditei.

Um Diadorim só para mim. Tudo tem seus mistérios. Eu não sabia. Mas, com minha mente, eu abraçava com meu corpo aquele Diadorim - que não era de verdade. Não era?

Diadorim deixou de ser nome, virou sentimento meu. Aquilo me transformava, me fazia crescer dum modo, que doía e prazia. Aquela hora, eu pudesse morrer, não me importava.

Diz-que-direi ao senhor o que nem tanto é sabido: sempre que se começa a ter amor a alguém, no ramerrão, o amor pega e cresce é porque, de certo jeito, a gente quer que isso seja, e vai, na ideia, querendo e ajudando; mas, quando é destino dado, maior que o miúdo, a gente ama inteiriço fatal, carecendo de querer, e é um só facear com as surpresas. Amor desse, cresce primeiro; brota é depois.

Tudo turbulindo. Esperei o que vinha dele. De um aceso, de mim eu sabia: o que compunha minha opinião era que eu, às loucas, gostasse de Diadorim, [...] no fim de tanta exaltação, meu amor inchou, de empapar todas as folhagens, e eu ambicionando de pegar em Diadorim, carregar Diadorim nos meus braços, beijar, as muitas demais vezes, sempre.

Abrazei Diadorim, com as asas de todos os pássaros.

(Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas, 1956)

À margem

Guimarães Rosa, em 1956, contou uma história de amor protagonizada por dois “jagunços” do sertão brasileiro que, aparentemente, eram cisgêneros e heterossexuais. Riobaldo amava Reinaldo/Diadorim e o declarava em seus pensamentos. Amava e censurava-se. Muitos vão afirmar que a narrativa trata de um homem que se apaixonou por uma mulher disfarçada de homem. É fato! Mas por que sofria Riobaldo? Porque ele

desejava Reinaldo e não sabia ser este Diadorim. *Grande Sertão* não fala sobre transexuais, mas aborda de forma dura e delicada, talvez sem qualquer intenção de fazê-lo, sobre o sofrimento imposto por uma sociedade cis-heteropatriarcal que se expressa na normatização dos papéis sociais de gênero e da sexualidade por um sistema binário e heterossexista. Pensar sobre a questão que intitula esse capítulo, “Por que Riobaldo não pôde viver o amor por Diadorim?”, implica em reconhecer que as condições de vida da população transexual precisam ser discutidas a partir de uma análise diacrônica e sincrônica da formação social brasileira.

A trajetória das pessoas transexuais no Brasil é definida em grande medida pelo convívio numa sociedade violenta que as coloca à margem da periferia. Transexuais são tratados como aqueles e aquelas que não têm direito ao amor, laços de afeto, cuidado, saúde, educação, emprego e moradia. Não à toa, esse tratamento gera vulnerabilidade socioeconômica e emocional e se constitui na forma objetiva de negar aos sujeitos e sujeitas, não conformados ao sistema binário, o direito de existir; é um dos meios de operar o complexo cis-heteropatriarcal, racista e capitalista para submeter, excluir ou eliminar as/os “indesejáveis”. Resta saber por que as pessoas transexuais são consideradas inconvenientes a ponto de produzir o desejo social de fazê-las desaparecerem. Por óbvio que este não é um fenômeno exclusivo da realidade brasileira e não se apresenta da mesma forma em todos os tempos e lugares, mas é sobre esta realidade que este trabalho debruça-se no sentido de entender suas imbricações com o sociometabolismo do capital.

Os meios de coagir, reprimir, intimidar, fustigar e fazer desistir são ativados nas primeiras redes de sociabilidade, a família e os amigos. Transexuais precisam aprender a conviver com o papel social de gênero que lhes foi atribuído ao nascer em virtude do seu sexo biológico e, por consequência, seu nome civil e seu corpo podem se constituir, em variadas situações, em objeto de angústia. Verifica-se aqui uma “inversão de determinações”, pois, conforme enuncia Palha (2019, p. 43), a “ideologia da sociedade burguesa, oculta as determinações e as mediações históricas e materiais do sistema de gênero, ‘subsumindo-se numa conclusividade substantiva e autônoma’.” Sob estas circunstâncias, a família, no geral, tão despreparada e desinformada quanto a própria criança ou adolescente, sem orientação, age no sentido de eliminar aquele comportamento ou aquela presença, seja buscando auxílio psicológico e/ou médico, mais comum entre as classes médias e altas; seja impondo maus tratos ou expulsando de casa, prática mais recorrente entre famílias pobres. A desigualdade econômica exerce

forte determinação nestas situações, pois as famílias com recursos financeiros têm maior nível de instrução formal e acesso a uma rede de informações e atendimento profissional que pode orientar e auxiliar na difícil trajetória. Considerando que a compreensão sobre a transexualidade não estabelece imediata superação da transfobia pela família, a condição socioeconômica pode reduzir a vulnerabilidade social, mas não garante acolhimento emocional. Já nas periferias e zonas rurais, na maior parte das vezes, a dificuldade de entender e acessar serviços que poderiam contribuir para minimizar a discriminação e o preconceito converte-se em abandono e expurgo de jovens que são expostos aos ciclos da miséria. Importante reforçar que a transfobia está espraiada entre todas as classes sociais, contudo, em sociedades capitalistas, educação e saúde se constituem em serviços acessíveis para aqueles que podem pagar e, portanto, deles usufruem. A família monogâmica tradicional brasileira, seja ela rica ou pobre, pode até admitir a existência de uma ou um transexual entre os seus, mas invisibilizar, patologizar ou abandonar continuam sendo alternativas comuns.

Segundo os registros do *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019* (2020, p. 32; 48-49),³ “estima-se que 13 anos são a média de idade que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa pelos pais” e que “metade da população transexual, tenta, em algum momento da vida, a morte voluntária.” No *Dossiê* fica posta a complexidade dos estudos sobre o suicídio, mas “a ausência de amparo familiar, social e institucional, o preconceito, as humilhações e constrangimentos” são apontados como variáveis de impacto no caso da população trans. No Documento técnico, *LGBT nas prisões do Brasil*, produzido pelo Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - DPLGBT, da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - SNPG/MMFDH, também foi constatado o abandono familiar. Por meio dos relatos e dos dados produzidos nas unidades prisionais, verificou-se que:

somente 40% dos LGBT tem visita cadastrada nos registros das instituições. Importante ressaltar que o cadastro de visita familiar não

³ Em virtude das escassas estatísticas estatais, de modo geral, as coletas e sistematizações de dados são feitas por grupos de pesquisa ou associações vinculadas ao movimento LGBTI organizado. Há estudos específicos sobre travestis, mulheres trans e homens trans, considerando suas singularidades. No sentido de discutir a transexualidade no contexto brasileiro em suas múltiplas relações na totalidade social, optou-se por bases de dados que trabalham com a população trans. Nesta perspectiva, sempre que necessário tratar os dois grupos de forma conjunta – travestis e transexuais - serão empregados os termos “população e/ou pessoas trans”.

implica necessariamente no mesmo de número de visitas que, de fato, ocorrem. Ou seja, a proporção de pessoas LGBT que efetivamente recebem visita é ainda menor que esse número. Esse tipo de dado reitera os relatos de abandono familiar narrados pelos LGBT, sobretudo da população de travestis e mulheres transexuais (*LGBT nas prisões do Brasil*, 2020, p.25).

Sob essas condições, do abandono afetivo e/ou material, crescem pessoas que são consideradas incômodas, doentes, aberrações, pervertidas, sujas e péssimas influências. A escola, segundo *lôcus* de sociabilidade, é um ambiente hostil para a população transexual, pois, enquanto reprodutora das ideias, valores, símbolos e representações de uma classe dominante branca e heterossexista, torna-se espaço de castração e acomodação dos sujeitos sociais a normatividade binária, tão cara a reprodução da sociedade burguesa.

A escola cumpre sua função como aparelho ideológico ao excluir crianças e jovens que não são classificáveis dentro das convenções. Tal exclusão, na maior parte do tempo, não é formal, ocorre em virtude da discriminação e do sofrimento produzido pelo preconceito. A inexistência de políticas educacionais direcionadas para a formação sobre gênero e sexualidade, que incluam profissionais da educação, família, discentes e comunidade, contribui para a reprodução da violência no ambiente escolar.

A partir desse complexo de variáveis, segundo o Instituto Trans de Educação, em pesquisa divulgada em 2019, *As fronteiras da Educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil* (2019, p.36-44), 50% da população trans relata que já abandonou os estudos em algum momento da vida. Entre as motivações, destacam-se a transfobia, a depressão, a situação financeira e a dificuldade de conciliar trabalho, escola e exclusão familiar. Quanto aos obstáculos enfrentados no cotidiano, 38% apontam o preconceito, 18% o assédio moral, 16% a agressão verbal, 15% a dificuldade de aprendizagem, 10% o não reconhecimento do nome social e 3% a agressão física. Colegas da sala de aula, professores, gestores e apoio pedagógico são indicados como agentes desse processo de exclusão. A falta de medidas objetivas, a violência, a divisão binária dos banheiros e o desrespeito ao nome social são práticas concretas da negação dos direitos da população trans e contribuem para a expulsão dessas pessoas do ambiente escolar.

No terceiro espaço de socialização, o mercado de trabalho, a população transexual logo se depara com as repercussões da pouca instrução formal e/ou com a discriminação. As duas variáveis articuladas levam a vínculos empregatícios com baixa remuneração e profissões socialmente desprestigiadas, informalidade, desemprego e

prostituição. A baixa renda ou sua inexistência amplia a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

De acordo com os dados levantados pelo documento *As fronteiras da Educação* (2019, p. 36), “grande parte das pessoas trans que estudam e estão inseridas no mercado de trabalho são os homens trans, e muitas das travestis e mulheres trans citaram que mantém o processo de escolarização através da prostituição.” Conforme o *Dossiê dos assassinatos* (2020, p.31), somente 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais; 6% está em atividades informais e subempregos e 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda. Por fim, segundo o *Boletim* bimestral da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (03/ 2020)⁴, menos de 4% das entrevistadas pelo projeto TransAção recebem entre um e três salários mínimos. Tal situação agravou-se com a pandemia da Covid-19, “pois a maioria continua trabalhando nas ruas, sem proteção, e não conseguiu acessar as políticas de auxílio emergencial em virtude da sua condição de vida historicamente precarizada”.

O trabalho enquanto atividade vital, que sob a perspectiva do Engels (1876) “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana”, no modo de produção capitalista assume a forma reificada, convertendo a força de trabalho em mercadoria para a produção de mais-valor, extraída e acumulada pela burguesia. Mesmo a população trans se dispondo a alienar o “valor de uso da sua força de trabalho” (Marx, 2013, 311), não por desejo, mas por necessidade, muitas vezes, encontra obstáculos intransponíveis que podem levá-la ao envolvimento com o crime organizado ou outras práticas consideradas ilícitas pelo estado, cujo resultado pode ser o ingresso no sistema carcerário brasileiro. Neste, conforme autodeclaração das pessoas LGBT encarceradas em prisões masculinas, 46,6% são pardas e 10,7% são pretas; nas femininas, 52,8 são pardas e 16,7% são pretas; a maioria tem entre 18 e 29 anos (*LGBT nas prisões do Brasil*, 2020, p. 23-24). No sistema educacional, observa-se o inverso com as pessoas trans, 54% se declaram brancas, 26 % pardas e apenas 16% pretas (*As fronteiras da Educação*, 2019, p. 33). Quando cruzadas essas informações, verifica-se que a população LGBT, em idade de formação escolar e profissional, com destaque para as pessoas trans, expulsa da educação institucional e do mercado formal de trabalho, é

⁴ “Este boletim faz parte do mapeamento anual da violência contra pessoas trans, feito a partir de notícias publicadas nas mídias, redes sociais, grupos de whatsapp e parceiros/aliados que reconhecem a importância desse (ANTRA, 03/ 2020).”

preta e parda,⁵ oriunda da classe trabalhadora que está na base do processo de exploração do capital e sofre os impactos do racismo estrutural no Brasil (ALMEIDA, 2018), associados a sua vulnerabilidade econômica, conforme ratifica Oliveira (2016, p. 74-75):

A luta do movimento LGBT, de militantes de esquerdas, organizados nas setoriais (diversidade sexual, feministas raça/etnia), devem ter como estratégia um norte para além da lógica binária, pois é por meio desta que se materializam muitas formas de hierarquização, dominação, classificação e desigualdades sociais, mas que, na sociedade de classe, principalmente nessa forma de sociabilidade que é construída por relações que fazem parte da lógica da produção e reprodução do capital, a classe, a raça e a sexualidade, muitas vezes, são utilizados para oprimir e explorar aqueles contingentes historicamente marginalizado(as).

São, portanto, as pessoas transexuais pobres, pretas e pardas, excluídas do ambiente familiar, escolar e do trabalho formal, que têm maior dificuldade para acessar o sistema de saúde público e procedimentos que, para algumas, podem ser fundamentais, como a cirurgia de redesignação sexual, hormonioterapias, colocação de próteses, ablação das mamas e raspagem de protuberâncias ósseas, entre outros (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 11), além do acompanhamento com profissionais que cuidam da saúde física e mental. As condições de vida, às quais a população transexual está submetida, produzem sofrimento e adoecimento, muitas vezes agravados pela situação socioeconômica e discriminação racial, pelo baixo investimento na atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS) e exíguo preparo dos profissionais, conforme apontam Monteiro, Brigeiro e Barbosa (2019, p. 1):

No campo da saúde, a vulnerabilidade de travestis e transexuais pode ser exemplificada pelos alarmantes índices de violência e assassinatos sofridos, pelos agravos relativos à saúde mental (p.ex.: depressão, tentativa de suicídio) e pela alta prevalência do HIV. Ademais, o estigma e a discriminação sexual têm sido apontados como importantes obstáculos ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado. Em função de tais problemas, a agenda de direitos de cidadania para esse segmento social inclui ainda demandas por uma atenção integral em saúde e acesso aos serviços livre de discriminação. Essas reivindicações vêm sendo construídas

⁵ Aqui é usado o padrão de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: pretos, pardos, amarelos, brancos e indígenas. De acordo com esses critérios, são considerados negros os autodeclarados pretos e pardos. Em que pese a inexistência de consenso sobre esta classificação, tornou-se uma convenção aplicada às séries históricas do IBGE e largamente reproduzida por outros institutos de pesquisa.

paralelamente aos esforços por consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e evocam debates acerca das implicações das desigualdades sociais no cuidado em saúde.

A roda dos enjeitados⁶, que todos os dias gira com as vidas da população transexual, parece ser, para alguns, punição insuficiente. Resolvem ainda, os “homens de bem”, justificar aqueles que são considerados seres abjetos. O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de assassinato de pessoas trans (*Dossiê dos assassinatos*, 2020) e é um dos países que mais consome pornografia com esses sujeitos sociais (REDTUB, 2016). Parece ser, à primeira vista, uma contradição sobre a qual este trabalho não se debruça.

Todavia, a constituição cis-heteropatriarcal da sociedade brasileira, balizada por um processo colonizador extremamente violento e normatizador a partir da moral burguesa e cristã, signatária do sistema binário e heterossexista, é uma das variáveis que pode contribuir para entender estes dados tão reveladores da nossa formação social. Soma-se a essa reflexão, a análise de Jorge e Travassos (2018, p.14) sobre como a repressão social e o recalque acometem cada sujeito em sua estrutura própria, “de modo que a violência com que uma sociedade lida com a diversidade sexual repercute, no fundo, o grau de violência com que cada indivíduo lida com sua própria sexualidade.” Por fim, o assassinato com requinte de crueldade é o ato extremo de ódio contra as pessoas trans, também materializado no assédio sexual, no estupro e espancamento.

Não fosse o movimento organizado da população trans, os dados até aqui apresentados seriam ainda mais exíguos. O silêncio institucional de grandes bases como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é, na verdade, esclarecedor sobre a natureza da formação social brasileira. As poucas informações oficiais são resultado da pressão exercida pelos grupos trans e do trabalho de pesquisadoras e pesquisadores, também provocados pela realidade concreta.

Ainda assim, as estatísticas são uma exposição de obviedades há muito naturalizadas ou invisibilizadas. Na contramão desta perspectiva, é preciso reafirmar que as “obviedades” tratam de vidas ceifadas e vilipendiadas, cujas estatísticas que as revelam devem contribuir para desnaturalizar a normatividade binária e a violência que

⁶ A roda dos enjeitados, também chamada de “a roda dos expostos” era usada para abandonar crianças recém-nascidas em casas de acolhimento, geralmente orfanatos vinculados a instituições de caridade. Na porta desses locais havia um tambor ou pequena porta giratória, fixada na parede, que permitia deixar a criança sem identificar quem estava praticando o ato.

enseja, tanto quanto para instigar uma análise socioeconômica localizada historicamente. Constatar o movimento do real é o passo imprescindível para conhecer as contradições que o engendram e que podem levar à sua transformação. Neste sentido, compreender as condições de existência da população transexual, oprimida e marginalizada, implica em responder questões imperativas sobre como se estrutura a sociedade cis-heteropatriarcal, racista e capitalista no Brasil. O grande desafio imposto pela urgência e atualidade dessa temática no século XXI é superar a irracionalidade, o obscurantismo e a perseguição ao conhecimento científico para lançar mão de categorias epistemológicas que permitam entender a realidade brasileira no sentido de historicizar as estruturas que a perpetuam.

A formação social brasileira, tal qual hoje se verifica, está associada ao processo histórico que se articula com a acumulação primitiva do capital pelos estados nacionais da Europa a partir do século XV e com sua fase mercantil. O território brasileiro foi, no século XVI, explorado para se constituir em fornecedor de matéria-prima e, posteriormente, em mercado consumidor de produtos manufaturados. A sanha colonizadora recorreu tanto ao uso da força, dizimando ou escravizando a população autóctone, quanto à formulação de aparelhos de legitimação (PRADO JÚNIOR, 2000).

Neste aspecto, o cristianismo forneceu a justificativa da missão civilizadora, herdada do Império Romano Cristão, que autorizava o morticínio e a conversão forçada dos povos originários, tratados como selvagens a serem domesticados. A considerada ineficácia dos indígenas nas relações de produção trouxe para o Brasil a população africana, aqui escravizada e violentada. Da fundação da colônia ao regime republicano, da abolição da escravatura à inserção subordinada do Brasil no capitalismo mundial, constituíram-se determinações que influenciaram na formação de uma sociedade profundamente desigual, sem equidade, violenta e conservadora, atravessada pelo fundamentalismo religioso, racismo estrutural e regime de dominação-exploração cis-heteropatriarcal.

O Brasil foi colonizado e continua submetido aos interesses imperialistas de uma burguesia internacional hegemônica por homens brancos e heterossexistas, também representada em território nacional, como bem observa França (2019, p.49-50):

ao passo que o governo Bolsonaro constrói a “nação”, para dentro e para fora de suas fronteiras, em contraposição ao reconhecimento de mulheres e LGBTI como sujeitos de direito, a própria figura do presidente, por oposição, traduz-se numa masculinidade relacionada

ao autoritarismo, à violência e à guerra, expressos nos discursos, nas políticas, na estética e na estrutura institucional do governo. Estamos aqui não apenas nos domínios do gênero e da sexualidade, mas na sua intersecção com nação, classe social e raça: trata-se da produção de uma fantasia nacional de masculinidade que opera no seu cerne como branca e colonizadora e que tem efeitos muito reais na criação e manutenção de “mundos da morte” também para as populações indígenas, pobre, negra e imigrante.

A função da Igreja cristã não pode ser desconsiderada nesse sociometabolismo. A alta hierarquia eclesiástica, desde a conversão do credo niceno em *religio* oficial do Império Romano no século IV d.C., sempre formou seus quadros intelectuais e esteve vinculada à classe dominante. Esses intelectuais, tradicionais ou orgânicos, fundamentaram a doutrina e a difundiram por meio de uma vasta literatura, do púlpito e dos debates públicos. Figuras como Agostinho de Hipona (2007), considerado o pai da Patrística e um dos grandes formuladores da Igreja, contribuíram para projetar, no Ocidente, tanto o ideal de feminilidade quanto o de masculinidade.

Deste modo, o cristianismo reforçou o regime patriarcal romano por meio da valorização das supostas virilidades, força e superioridade do macho/homem em contraposição às idealizadas castidade, subserviência e inferioridade da fêmea/mulher; associou papéis sociais de gênero ao sexo biológico; normatizou a sexualidade, associando-a à procriação numa relação binária; e naturalizou uma construção sócio-histórica, tornando-a inquestionável sob a perspectiva do dogma. A Igreja, apoiada pelo braço do estado, foi para além das formulações ou projeções de ideias e símbolos, contribuindo com a discriminação, marginalização e ações violentas contra pessoas consideradas licenciosas, como o fez no caso da freira italiana Benedetta Carlini⁷, por meio do Tribunal do Santo Ofício. O cristianismo nasceu no Oriente, mas foi o Império

⁷ A história de Benedetta foi trazida a público pela historiadora estadunidense Judith C. Brown no livro *Atos Impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. A autora comenta que o que chamou sua atenção ao se deparar com o documento no arquivo público de Florença foi seu título: *Papeis relacionados ao julgamento da Irmã Benedetta Carlini de Vellano, abadessa das freiras teatina de Pescia, que se passava por mística, mas que se descobriu ser uma mulher de má reputação*. Posta no convento aos nove anos de idade por ocasião de uma promessa feita pelo pai à Virgem Maria, Benedetta alcança, ainda muito jovem, o posto de abadessa. Depois de uma série de narrações sobre suas experiências místicas, que incluía acoitamentos, estigmas e até um casamento místico com Cristo, Benedetta foi acusada de ser uma impostora, teve sua vida sexual investigada e sofreu um processo que durou de 1619 a 1623. O resultado final desse processo não foi a acusação por práticas de lesbianismo, pois os inquisidores não conseguiram imputar a ela tal crime por ausência de termos para tipificação do suposto crime cometido. Preferiram acatar a suspeita de ser ela uma “freira gradeira” (que mantinha relação sexual com homens por entre as grades do convento). Benedetta foi condenada a prisão até sua morte em 1661, aos 71 anos de idade (BROWN, 1987).

Romano e posteriormente a Europa, por meio do processo colonizador, que o tornou uma fé espalhada pelo mundo.

No século XIX, o positivismo e o ascenso do cientificismo começaram a consolidar um novo campo de saber desenvolvido a partir do pensamento iluminista. Em que pese o avanço no sentido de explicar os fenômenos sob o crivo da razão, incluindo as questões ontológicas, preconizava-se que o método utilizado pelas ciências naturais era aplicável a todas as ciências. Esse horizonte teórico-metodológico contribuiu para a superação de estigmas produzidos pelo pensamento mítico-religioso, mas também formulou distorções ao buscar classificar os sujeitos sociais sob a perspectiva da então chamada história natural, patologizando, por exemplo, comportamentos considerados anomalias em função da sua incompatibilidade com o *status quo*, então definidos pela moral burguesa, que também havia tornado-se cristã após os processos revolucionários dos séculos XVII e XVIII. A burguesia, naquela conjuntura, elevada à condição de classe dominante em vários países da Europa, tornou-se contrarrevolucionária e conservadora, encontrando na Igreja cristã uma importante aliada para a acomodação das forças sociais e legitimação da nova ordem capitalista.

Pois bem, a formação social brasileira pensada a partir da totalidade histórica permite compreender como foi forjada a naturalização dos papéis sociais de gênero, associados ao sexo biológico e ao constructo da masculinidade e da feminilidade. O ser homem e o ser mulher estimulados como a-históricos, resultantes da ação da providência divina, são padrões importados dos nossos colonizadores e reproduzidos por meio da ação imperialista que espalha a ideologia burguesa como universal e de interesse coletivo, que oculta, inverte, justifica, naturaliza a realidade e aliena. Ainda assim, o modelo de sociedade cis-heteropatriarcal e binária, difundido pela chamada civilização europeia cristã e capitalista, precisa ser explicado em sua origem e estrutura de modo a desvelar seu caráter histórico e determinado.

Os primeiros humanos, no intuito de reproduzir a vida, passaram a se organizar de forma gregária e, por meio do trabalho coletivo, buscaram intervir na natureza. Ao fazê-lo, desenvolveram técnicas, formas de linguagem e a capacidade de comunicar o que era elaborado, no pensamento, sobre o real. Essa história faz parte do processo de hominização, que diferencia a humanidade de outros animais. Ainda no Neolítico, de modo geral, prevalecia a família grupal e a posse coletiva.

O desenvolvimento técnico e a mudança nas relações de produção incidiram sobre a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, estabelecendo uma nova

hierarquia, na qual o fazer nos ambientes domésticos e arredores assumiu um *status* inferior em relação ao fazer no espaço público. Em virtude do excedente produzido pela comunidade, comercializado ou trocado pelos homens do grupo, paulatinamente a riqueza que deveria ser de usufruto coletivo foi sendo apropriada pelo poder do macho; às fêmeas delegou-se a reprodução da vida e os cuidados com a casa e com a nova família. Segundo afirma Marx (1986) e Engels (1981), da propriedade privada nasceu uma família que nada tem de natural, que instituiu a monogamia para as mulheres e construiu os chamados atributos masculinos e femininos. Como forma de controle dos bens acumulados e garantia de sua preservação na linhagem paterna, nasceu o Patriarcado e a disciplina sobre a sexualidade.

Entre os milhares de anos que nos separam do Neolítico, a propriedade privada perpetuou-se como estruturadora da família monogâmica e do patriarcado. Ao mesmo tempo, essa família consolidou-se enquanto instituição ao longo dos séculos, como espaço de preservação da propriedade privada e do poder do macho. Sobreviver enquanto instituição não significa dizer que a família ficou plasmada no tempo, pelo contrário, transformou-se e adaptou-se aos modos de produção da vida material até se reproduzir no modelo burguês, com sua estrutura e dinâmicas próprias, que foi difundido pela ideologia dominante no Ocidente como a norma a ser adotada pelo conjunto da sociedade:

É conhecido como os processos alienantes que brotam do capital são refletidos pela consciência em uma concepção de mundo na qual a nossa presente essência burguesa perde o seu caráter histórico e se eleva à determinação eterna, inescapável, do ser humano. De modo análogo, a família monogâmica é convertida em determinação ineliminável da vida civilizada (LESSA, 2012, p. 41).

Sob a democracia burguesa, segundo Davis (2019, p. 60), “a família é uma instituição econômica” e “o casamento sempre foi uma instituição machista, racista e heterossexista que diz respeito principalmente à acumulação e distribuição de propriedade”. Deste modo, a normatividade binária foi consolidada pelo sociometabolismo do capital e colocada a seu serviço, conforme enuncia Lessa (2012, p. 44):

Com a passagem à sociedade de classes, uma nova esfera de mediações se interpôs entre o fato biológico de ser homem ou mulher: o feminino e o masculino passaram a ser crescentemente marcados

pela propriedade privada. Se, no início, essa tendência apenas se anunciava, hoje colhemos todas as consequências do seu amadurecimento. Tornamo-nos monogamicamente femininos e masculinos – analogamente a como o fetichismo da mercadoria faz que sejamos “guardiões de mercadorias.”

Cumpriu ao estado burguês criar as condições para controlar a sociedade civil e garantir a reprodução do capital, seja por meio dos aparelhos ideológicos, instituições e convenções, ou pelo uso da força. É nesta maquinaria complexa que se inscreve a vida e a luta da população transexual no Brasil.

A resistência

As pessoas transexuais e travestis também encontraram resistência e discriminação para se organizarem nos coletivos que reuniam homossexuais, tanto pela desinformação quanto pela associação que se fazia com patologias mentais, com o mundo do crime e a prostituição. Discutir suas condições de vida, denunciar o preconceito, reivindicar a inclusão de suas pautas e dar visibilidade a sua existência, historicamente negada pela sociedade cis-heteropatriarcal, não foi uma tarefa realizada sem óbices. No Brasil, o debate público sobre transexualidade só apareceu nos anos 1990, em grande medida influenciado pelo discurso médico-psiquiátrico (CARVALHO, 2011, p. 26), bem como a fundação de espaços militantes que, apesar de temporalmente distantes da grande mobilização de Stonewall, nasceu com motivações similares:

Os tumultos do Stonewall bar, em Brooklin, em junho de 1969, que opuseram durante muitos dias seguidos os homossexuais à polícia, são o evento fundador dessa militância; muitas vezes se esquece que elas foram de início o resultado de uma mobilização de transvestistas e de transexuais, vítimas de uma homofobia mais ampla, mas da qual eles eram os alvos mais facilmente identificáveis (CASTEL, 2001, p. 91).

Segundo Carvalho (2011, p.26-28), “a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo, a Associação dos Travestis e Liberados (ASTRAL), foi criada em 1992, no Rio de Janeiro,” a partir das reuniões do projeto “Saúde na Prostituição”, que abordava doenças sexualmente transmissíveis. O objetivo, naquela oportunidade, era defender as travestis da violência policial nas regiões de prostituição da cidade. Observa-se que as primeiras organizações de travestis surgiram de duas demandas específicas, combater a epidemia da AIDS e a violência do sistema. Sendo importante lembrar que a estruturação de ONGs e grupos de apoio às travestis

soropositivas e/ou vítimas de violência começaram a surgir desde a década de 1980. A primeira casa de acolhimento, “O Palácio das Princesas”, foi criada em São Paulo por Brenda Lee, em 1984.

A ASTRAL, em 1993, organizou “o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a ser o ENTLAIDS, com o tema ‘Cidadania não tem roupa certa’”. Ainda de acordo com Carvalho (2011, p. 28-29), esta ação foi um marco para a formulação das pautas em torno da assistência à saúde, direitos civis e informação, além de motivar a criação de novos coletivos:

Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas) de Aracajú.

Dessa conjuntura nasceu a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), que posteriormente se constituiu na Rede Nacional de Travestis (RENATA). Carvalho (2011, p. 29-40) aponta a importância dos ENTLAIDS para a interlocução com o poder público, o diálogo com o movimento LGBT e a criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) no ano 2000. A luta pelo reconhecimento da população trans e por sua integração no Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas ocorreu *pari passu* ao surgimento de organizações específicas de transexuais, que buscavam apresentar as especificidades de suas demandas. Em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e no final de 2005 nasceu o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). Não obstante, a formulação LGBT, incorporando travestis e transexuais, só se consolidou em 2008 na primeira Conferência Nacional GLBT. Por fim, a discussão sobre a “inexistência de uma identidade transexual e a afirmação de uma identidade feminina levou a transformação do CNT, em 2008, numa outra rede, a ARACÊ – Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade.” Tal compreensão não é consenso e o debate continua aberto, inclusive com a chegada do transfeminismo (PALHA, 2019, p.38-44).

Em que pese a representação das pessoas trans em movimentos organizados de gays e lésbicas, elas chegaram a esses espaços por caminhos distintos, mas enfrentaram a discriminação de um movimento hegemônico por homens, brancos,

intelectualizados e vinculadas as classes médias e altas da sociedade brasileira. Enquanto as travestis buscavam proteção contra a violência policial e apoio para sobreviver à AIDS; transexuais buscavam informações e políticas de saúde, especialmente no que se refere aos procedimentos de redesignação sexual. Contudo, não é possível separar de forma rigorosa suas pautas, pois elas foram e são determinadas pela vulnerabilidade econômica, social e emocional das pessoas trans. Neste aspecto, o abandono familiar, a exclusão do espaço escolar, o marcador racial e de classe influenciaram no conteúdo das reivindicações historicamente apresentadas pela população transexual.

Das distintas formas de organização e com todos os obstáculos a serem transpostos por esta população, suas pautas foram sendo estruturadas e pressionando setores governamentais e a própria academia a compreender a transexualidade, repensá-la e formular sobre ela. As reivindicações podem ser divididas em três eixos: saúde, direitos e combate à violência e discriminação. Para as pessoas transexuais, especialmente o grupo que vive excluído do mercado de trabalho formal e sem remuneração fixa, o processo transexualizador, garantido pelo Sistema Único de Saúde, é central em suas demandas. Considerado o sofrimento imposto pela designação social de gênero vinculada ao sexo biológico e a associação histórica da transexualidade aos transtornos mentais, tornou-se imperativa as reivindicações pelo fortalecimento das políticas públicas de saúde, pelo fim da discriminação no Sistema e pela despatologização. Ou seja, pessoas transexuais precisam lutar por equidade, contra o estigma da doença mental e pelos “direitos à autodeterminação de gênero e de dispor sobre o seu corpo,” sem perder o acesso aos serviços de saúde e os direitos civis, como a alteração do nome (AMARAL, 2011; PRADO, 2018, CASTEL, 2001).

No segundo eixo estão os direitos civis e sociais. Estes implicam em enfrentar as barreiras impostas pelo estado burguês para garantir a troca do nome na certidão de nascimento ou ter o nome social reconhecido institucionalmente; para acessar o ensino superior por meio de cotas e o sistema público educacional com segurança e proteção; para ter direito ao casamento formal, herança e adoção; para ter o direito a autodeterminação e ter acesso aos serviços de saúde que muitas vezes precisam ser buscados por meio jurídico. Em tese, essas garantias estão previstas na Constituição de 1988, nos artigos 5º e 6º, que preconizam “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e que todos os brasileiros têm “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.” Na prática, a legislação não se efetiva sem a pressão dos grupos transexuais organizados e sem muito sofrimento daquelas e daqueles que percorrem os corredores da burocracia em busca do reconhecimento dos seus direitos, mesmo que postulados, rotineiramente vilipendiados.

O combate à violência e discriminação talvez seja a mais difícil frente de batalha, pois superar essas condições está associado a transformar as estruturas da formação social brasileira, a suplantando a normatividade binária, o regime de dominação-exploração cis-heteropatriarcal e a ordem do capital. Estas múltiplas determinações produzem uma sociedade cruel e implacável contra aqueles e aquelas que não cabem nas classificações, que na sua expressão de gênero apontam para os limites da família burguesa e que, mantidos às margens, são colocados na base do processo de exploração da força de trabalho. Em que pese a importância das ações que buscam criar políticas públicas de segurança para a população transexual, criminalizar a transfobia, formular medidas protetivas no sistema carcerário e produzir cartilhas e materiais informativos de ampla divulgação, a violência em todas as suas formas não é causa, mas expressão prática de uma constituição sócio-histórica e econômica. O problema não é individual, mas resultante do sociometabolismo do capital que articula as estruturas patriarcais e racistas por meio de uma sociedade binária e cindida em classes, que estimula a violência como forma de controle, da qual não pode abrir mão para se reproduzir.

Observado o exposto, as reivindicações podem assumir, portanto, um caráter de “reconhecimento” e/ou “redistribuição” que não devem ser dissociados, conforme discute Rebutini (2019, p. 118):

Essa autonomização da economia é tributária de uma retórica para a qual o mercado e o capitalismo deveriam ser considerados como independentes das relações sociais materiais, seguindo regras que lhes são próprias. Mais uma vez, raça, gênero e sexualidades são relegadas à esfera do “meramente cultural”. Essa separação ideológica impediria de considerar as lutas de reivindicação de gênero, raça, sexualidades ou outras como inscritas na estrutura capitalista, e como sendo também lutas econômicas. A lógica neoliberal esconde, pois, o fato de que as lutas políticas por “reconhecimento” são, igual e simultaneamente, lutas pela “redistribuição, afastando a possibilidade de ver essas reivindicações como um ponto de partida particular e situado para uma política mais ampla de transformação de toda a sociedade.

Como a indissociabilidade entre as políticas de “reconhecimento” e “redistribuição” é imprescindível para uma transformação sistêmica, de modo geral, tem

prevalecido e ganhado visibilidade as pautas burguesas centradas no “reconhecimento”, em especial as lutas pelos direitos formais, via “o multiculturalismo neoliberal, sustentado por sujeitos gays e lésbicos, cisgêneros, de classe média e superior”, que não colocam em questão o *status quo*:

As políticas de inclusão e assimilação, tais como as reivindicações por igualdade, pelo direito ao casamento e à adoção, por exemplo, inscrevem-se numa nova fase histórica neoliberal dos governos dos corpos e das sexualidades, pois produzem lógicas de expansão do mercado, de mercantilização, de consumo, de privatização e de responsabilização individual. A instituição do casamento é, na verdade, fundamentada nas lógicas da exclusividade afetiva e da privatização da sexualidade, além de ser o principal espaço de consumo do capitalismo tardio (REBUCINI, 2011, p. 118).

Ainda que o problema seja estrutural é preciso considerar a relevância das conquistas institucionais e como elas têm contribuído para a melhoria pontual e individual da qualidade de vida das pessoas transexuais no Brasil nos últimos vinte anos, com destaque para a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; “as regulamentações do processo transexualizador no âmbito do SUS, que englobam a cirurgia de redesignação sexual, a assistência e o cuidado de transexuais;” o Plano Nacional de Combate à Violência e à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis; a instituição do dia da visibilidade Trans; a criação de cotas no ensino superior destinadas às pessoas trans; o reconhecimento do nome social e o direito a mudança de nome e gênero na certidão de nascimento, sem que seja necessária a cirurgia de redesignação sexual (MONTEIRO, BRIGEIRO, BARBOSA, 2019). Apesar do exíguo financiamento das políticas públicas e dos poucos avanços no sentido de reduzir a discriminação, a população transexual conquistou maior visibilidade e muitos grupos de pesquisa das diversas áreas do saber, vinculados as universidades públicas, têm contribuído para repensar, melhorar e construir políticas direcionadas para as particularidades de homens e mulheres trans.

As conquistas até aqui apresentadas ainda precisam tornar-se uma realidade efetiva para o conjunto da população transexual no Brasil, sendo imprescindível refletir sobre seus limites. Após as revoluções burguesas e a busca por acomodação da ordem capitalista, paulatinamente, os indivíduos foram colocados na condição de cidadãos de direito e diluídos numa massa amorfa sem identificação com o seu lugar nas relações de produção. As classes sociais e o sistema de exploração e desigualdade que as engendra

perderam espaço para a cidadania, com recortes cada vez menores em torno das singularidades de cada grupo social expropriado por este mesmo sistema. Nessa elaborada engenharia, a ideologia burguesa fortaleceu as pautas identitárias sob a perspectiva institucional, apresentando os conflitos sociais como obsoletos e as disputas por direitos humanos e civis como a solução contemporânea e civilizada. Deste modo, em lugar do trabalhador e da trabalhadora, surgiu o cidadão e suas múltiplas identidades; em lugar do conflito social, os movimentos foram disciplinados e higienizados.

Os direitos humanos e civis defendidos pelos e para os cidadãos tornaram-se o escudo que amortiza os conflitos sociais, pois alimentam a promessa iluminista de igualdade e fraternidade e que tudo pode ser resolvido por meio do consenso e promoção da justiça social, ou seja, forja-se a ficção jurídico-constitucional do estado e do direito burguês que gerenciam e disciplinam a sociedade civil para o bem comum. Sobre este aspecto, reconhecer a natureza burguesa do estado brasileiro e dos seus aparelhos, como ele opera e em benefício de quais grupos sociais, é fundamental para não fomentar ilusões quanto ao alcance das conquistas institucionais no que se refere a uma mudança no sentido da liberdade e igualdade substantivas, conforme define Mézaros (2011, p. 267-310.). O igualitarismo formal e abstrato e o punitivismo (DAVIS, 2019, p. 56) criam uma falsa realidade e geram expectativas de mudança que acomodam as forças sociais no jogo da ordem, onde, inevitavelmente, as pequenas concessões cumprem o papel de construir uma aparência de avanço associada a ideia de civilidade.

Não se trata de negar a importância do processo identitário, do acesso pleno aos direitos constitucionais, das estratégias legislativas e jurídicas (DAVIS, 2019, p. 55-56) e da participação em conselhos e em associações que objetivam combater a transfobia e criar redes de apoio, atendimento e políticas de saúde, educação, segurança, moradia, emprego e proteção a vida. Trata-se de reconhecer que o capitalismo busca “subsumir as identidades por meio da mercantilização” e “criar uma falsa oposição entre identidade e classe que ofusca um conjunto de questões promissoras a serem desenvolvidas na teoria e na prática anticapitalista (PALHA, 2019, p. 39);” que as mínimas mudanças são resultado da organização popular que pressiona pela intervenção estatal e mobilização intelectual; que as pessoas transexuais, em especial as pobres e negras, continuam vivendo numa sociedade capitalista que se reproduz na cis-heteronormatividade, no

racismo e na divisão de classes que acena com as políticas de “reconhecimento”, mas impõe limites a “redistribuição”.

O trânsito

A experiência do Brasil nos últimos anos fornece importantes pistas para compreender como as pautas transexuais estão imbricadas no sociometabolismo do capital. Do aceite das relações estruturantes da democracia de cooptação ao bolsonarismo, avanços, estagnação ou retrocessos das políticas públicas demarcam o legítimo ou ilegítimo ao sabor da agenda do capital e suas circunstâncias. A sensação de insegurança jurídica e incerteza sobre a manutenção das conquistas, especialmente a partir das eleições de 2018, com o ascenso da extrema direita ao governo federal, ocorre porque as estruturas não foram alteradas, apenas ajustadas para permitir concessões e evitar o adensamento das pressões sociais, próprias de uma sociedade balizada pela desigualdade. O ciclo do projeto democrático popular, de 2003 a 2016, implementado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), segundo Iasi (2017, p. 311), promoveu uma democracia de cooptação que:

organizou o consenso em torno de uma alternativa que garantia os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais, para os miseráveis.

Naquela conjuntura, implementava-se a agenda neoliberal gerenciada por um estado desenvolvimentista que articulava políticas sociais em consonância com as recomendações dos organismos mundiais vinculados aos interesses do capital internacional. A democracia de cooptação promoveu a melhoria das condições de vida no país, o acesso ao consumo de bens e serviços, avançou na distribuição de vagas no ensino superior público e na formulação de leis e aparelhos de proteção aos grupos vulneráveis. Por outro lado, os governos Lula/Dilma cooptaram importantes lideranças dos movimentos sociais organizados e difundiram a perspectiva que todas as transformações viriam pela via institucional, quando, na verdade, o próprio ascenso da estratégia democrático popular era fruto das lutas sociais.

O golpe político, jurídico, empresarial e midiático de 2016 e a chegada da extrema direita ao governo federal desvelaram a essência da política de conciliação de

classes e seus limites. Avanços importantes que pareciam estar consagrados ficaram sob forte ameaça pelo projeto reacionário e ultraliberal catalizado pelo bolsonarismo, tornando evidente que as reformas faziam parte dos acordos entre o Partido dos Trabalhadores e as frações da burguesia. As supostas garantias institucionais ajudaram a construir a aparência de uma sociedade que avançava na promoção da igualdade e equidade para os grupos historicamente explorados, marginalizados e oprimidos, prescindindo dos conflitos sociais e da alteração radical da realidade concreta. O que se efetivou, na prática, não incidiu sobre as estruturas da formação social brasileira, dando mostras de como o direito e o estado são operados pelos interesses da classe dominante e do quanto as conquistas formais são frágeis diante desses interesses.

A crise do capital a partir de 2007 e a necessidade de recomposição da produção de mais-valor pela burguesia, nos últimos anos do governo Dilma, minou a estratégia democrático popular que, apesar de fazer os ajustes demandados pelo mercado financeiro e implementar a política econômica neoliberal, tornou-se ineficiente para realizar com diligência as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa, além do programa de privatização e do teto para os gastos públicos, que permitiriam suprimir de direitos sociais e trabalhistas, ampliar a transferência dos recursos públicos para o setor privado e constituir o sonhado estado mínimo, gerenciado pelas e para as frações da burguesia subordinadas ao capital internacional.

Naquela conjuntura ganhou força, no Brasil e noutras partes do mundo, a extrema direita como agente capaz de operar o estado para efetivar a política econômica ultraliberal e o estado mínimo, com vistas a superação da crise do capital. Tal orientação impôs a agenda da necropolítica, nos termos definidos por Achille Mbembe (2016), e encorajou a fração mais reacionária da burguesia a se apresentar como a solução para os problemas socioeconômicos, então associados ao discurso do combate a corrupção política e moral dos setores da esquerda, representados pelo PT. Pois bem, as condições estruturantes do sociometabolismo do capital não eram questionadas, enquanto a pauta moral servia de “bode expiatório” para explicar o infortúnio da população brasileira.

Para operar a agenda ultraliberal, a fração reacionária da burguesia, por meio do fundamentalismo religioso, estimulou o que França (2019, p. 46-47) qualifica como “pânico moral e ansiedade coletiva”, “mobilizando gênero e sexualidade como linguagem para a disputa pelo poder no Brasil”. A população LGBT foi exposta como “dissidente sexual e bode expiatório” e os estudos científicos sobre gênero e sexualidade ficaram sob ameaça do obscurantismo e do anticientificismo. Por fim, nas eleições de

2018, a extrema direita construiu uma estratégia discursiva que jogou holofotes sobre a uma pauta moral, articulando a saída da crise econômica ao combate aos comportamentos considerados desviantes (FRANÇA, 2019, p. 46-48).

Ao assumir seu posto no Palácio do Planalto, o governo Bolsonaro iniciou o desmonte dos espaços e aparelhos que representavam as conquistas sociais da população LGBT, que pode ser verificado nas inúmeras notas emitidas pela Associação Brasileira de Antropologia, por meio de seu Comitê de Gênero e Sexualidade⁸. Essa “política de destruição”, tal qual discute França (2019, p. 48-49), “se fez acompanhar de declarações governamentais [...] que postulam o não reconhecimento de LGBTI como sujeitos de direitos e atacam a defesa da igualdade de gênero.” No cenário internacional, o Ministério das Relações Exteriores instruiu a diplomacia brasileira a não mencionar a palavra gênero; na Organização das Nações Unidas (ONU), “o Brasil se absteve sobre a resolução que regula a garantia de saúde sexual e reprodutiva de pessoas afetadas por crises humanitárias”; Bolsonaro manifestou-se contra a decisão do Supremo Tribunal Superior sobre a criminalização da homofobia e a ministra Damares (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) declarou ser contra a igualdade de gênero. Ausência de políticas sociais, redução de financiamento público e discriminação são a marca do projeto ultraliberal e reacionário da extrema direita no Brasil. O estado mínimo impacta diretamente sobre o investimento em políticas públicas, repercute sobre o acesso aos direitos, estimula a violência contra pessoas LGBT e penaliza de formas diferentes a população trans, conforme a raça e a classe social.

Fica posto que a redução dos direitos sociais, imposta pela burguesia para reproduzir o capital, evidencia que as concessões dentro da ordem burguesa, quando consideradas inconvenientes, podem ser suprimidas. Ou seja, o modo de produção capitalista interessa-se pelos processos identitários na medida em que o legitime e desde que não representem obstáculos à sua reprodução. Portanto, por mais difícil que seja admiti-lo, enquanto a formação social brasileira for capitalista, cis-heteropatriarcal e racista, todas as conquistas dos grupos populacionais socioeconomicamente vulneráveis são transitórias.

Esta perspectiva, para muitos, pode parecer pessimista ou teleológica. Ao contrário, está balizada pela dimensão do real e pela necessidade da transformação sistêmica articulada com as demandas imediatas e inadiáveis. Tal leitura da realidade

⁸ <http://www.portal.abant.org.br/2013/05/17/comite-genero-e-sexualidade/>. Consulta em 24 de agosto de 2020

consiste em superar as dificuldades dos setores da esquerda com a pauta LGBT e compreender a conformação da classe trabalhadora brasileira, destituindo a falsa oposição entre identidade e classe social, de modo que as opressões não sejam hierarquizadas, mas absorvidas como uma totalidade complexa que pode ser mediada por soluções institucionais, mas que só será modificada quando as estruturas que a sustentam forem destruídas. Afinal, já se passaram mais de sessenta anos da publicação de Guimarães Rosa e já é tempo de modificar a sociabilidade que impediu Riobaldo de viver seu amor por Reinaldo.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO: A REALIDADE DOS ESTUDANTES TRANS NO BRASIL. Org. Andreia L. Cantelli; Fernanda R. Pereira; Júlia J. de Oliveira; Nicholas L. Tozo; Sayonara N. B. Nogueira. Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5c50350f95db81ka6cN8/ibte2019.pdf>

AMARAL, Daniela Murta. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. 107f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BOLETIM. *Assassinato contra travestis e transexuais em 2020*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. N.º 3, junho/2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>

BROWN, J. C. *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália do Renascimento*. Trad. Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTEL, P-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n.º 41, p. 77-111. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005

DAVIS, A. Justiça para comunidades lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras. In: JINKINGS, I.; RENZO, A. (Ed.). LGBT. In: *Margem Esquerda*. Revista da Boitempo, n.º 33. São Paulo: Boitempo, 2019, p.53-64.

DOSSIÊ DOS ASSASSINATOS E DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2019. Org. Bruna G. Benevides; Sayonara Naidier Bonfim Nogueira. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 1876. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. *Transexualidade*. O corpo entre o sujeito e a ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

FRANÇA, I. L. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. In: JINKINGS, I.; RENZO, A. (Ed.). LGBT. In: *Margem Esquerda*. Revista da Boitempo, nº 33. São Paulo: Boitempo, 2019, p.45-51.

IASI, M. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. 1ª ed. São Paulo: ICP, 2017.

LGBT NAS PRISÕES DO BRASIL: DIAGNÓSTICO DOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS E EXPERIÊNCIAS DE ENCARCERAMENTO. Org. Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – DPLGBT. Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - SNP/MMFDH. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>

LESSA, S. A atualidade da abolição da família monogâmica. In: *Crítica Marxista*, nº 35. São Paulo: Editora da UNESP, 2012, p. 41-58.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Vol. 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. Necropolítica. In: *Arte & Ensaios*. Revista do ppgav/eba/UFRJ, n. 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 267-310.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de Saúde Pública* vol. 35, n.º4, p. 1-4. Rio de Janeiro, 2019. Disponível

em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201

OLIVEIRA, T. L. “*Meu corpo um campo de batalha*”: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise do capital. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte: Natal, 2016.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. In: JINKINGS, I.; RENZO, A. (Ed.). LGBT. In: *Margem Esquerda*. Revista da Boitempo, nº 33. São Paulo: Boitempo, 2019, p.38-44.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. Ministério da Saúde, 2013. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Ambulare*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2018.

RELATÓRIO DESCRITIVO. PROJETO TRANSEXUALIDADES E SAÚDE PÚBLICA: ENTRE A INVISIBILIDADE E A DEMANDA POR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HOMENS TRANS. Coord. Érica Souza. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG) e Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA/UFMG). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>

REBUCINI, G. Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. In: ABREU, M.; CASTRO, B. *et. al.* Dossiê: “Marxismos, feminismos, queer e sexualidade” (Parte I). In: *Crítica Marxista*, nº 48. São Paulo: Editora da UNESP, 2019, p. 109-125.

REDTUBE. *Trans Porn In the USA*. Disponível em: <<http://blog.redtube.com/2016/06/trans-porn-usa/>>. Acesso em 17 jan. 2017.

RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE LGBT (2013). Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_semniario_nacional_saude_lgbt.pdf

SANTO AGOSTINHO. *Dos bens do matrimônio. A santa virgindade. Dos bens da viuvez: cartas a Proba e a Juliana*. São Paulo: Paulus, 2007.

TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE NA SAÚDE. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão

Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:
<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/TransexualidadeTravestilidadeSaude.pdf>